



### DO SABER ANCESTRAL À EXPLORAÇÃO COMERCIAL: UMA ANÁLISE DO CASO DE APROPRIAÇÃO DOS CONHECIMENTOS INDÍGENAS SOBRE ANDIROBA E COPAÍBA NA AMAZÔNIA

#### Autor(res)

Natalia De Andrade Fernandes Neri  
Aline Elvis Amorim Moura  
Noama Do Nascimento Da Silva

#### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

#### Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

#### Introdução

A Amazônia, além de sua vasta biodiversidade, abriga uma imensa riqueza cultural representada pelos saberes tradicionais dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Entre esses conhecimentos, destacam-se os usos medicinais da andiroba e da copaíba, plantas historicamente utilizadas no tratamento de enfermidades e na promoção do bem-estar. Contudo, a exploração desses saberes tem gerado controvérsias relacionadas à biopirataria, caracterizada pela apropriação indevida de recursos genéticos e conhecimentos ancestrais sem consentimento prévio ou justa repartição de benefícios. O caso da andiroba e da copaíba evidencia conflitos entre comunidades tradicionais e agentes econômicos que transformam práticas culturais em mercadorias. A pesquisa analisa o processo de apropriação, seus impactos sociais culturais e jurídicos investigando casos de exploração comercial, mecanismos legais de proteção no Brasil e estratégias para assegurar o reconhecimento dos saberes e a repartição de benefícios

#### Objetivo

O presente artigo visa analisar o processo de apropriação dos conhecimentos tradicionais indígenas sobre as espécies da flora da Amazônia, em especial da andiroba e a copaíba, destacando-se os impactos sociais, culturais, econômicos e jurídicos decorrentes da exploração comercial desses saberes.

#### Material e Métodos

A metodologia da pesquisa é bibliográfica, uma vez que se debruçará sobre a doutrina clássica, legislação constitucional e infraconstitucional, trabalhos científicos disponíveis em repositórios de Universidades, assim como artigos das bases do Scielo, Google Scholar e sites especializados na temática pertinente. A pesquisa adotará abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. O método consistiu na análise crítica e interpretativa das fontes, visando identificar as tensões entre proteção legal e exploração comercial dos saberes indígenas sobre a andiroba e a copaíba.

# VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



2023).

### Resultados e Discussão

Segundo Quintanilha (2024), os povos indígenas da Amazônia desempenham papel essencial na conservação da biodiversidade, por meio de práticas sustentáveis e da preservação de conhecimentos milenares. Nesse contexto, espécies como andiroba e copaíba são utilizadas há gerações com fins terapêuticos e medicinais, integrando os saberes tradicionais das comunidades indígenas e locais. Contudo, tais conhecimentos vêm sendo apropriados por empresas nacionais e estrangeiras, sem consulta prévia ou repartição de benefícios, evidenciando a exploração comercial do saber ancestral e a violação de direitos assegurados por tratados internacionais e pela legislação nacional (Vilhena, 2019). Embora o Brasil tenha avançado com a assinatura do Tratado sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados (Marinello, 2024), ainda persistem desafios quanto à proteção e reparação desses direitos, reforçando a urgência de políticas públicas que valorizem esses povos hoje

### Conclusão

Conclui-se que a proteção dos conhecimentos tradicionais é essencial para preservar a biodiversidade amazônica e valorizar a cultura ancestral das comunidades indígenas e tradicionais. A inclusão dos saberes em políticas de desenvolvimento sustentável é indispensável para garantir a preservação do valor da Amazônia. Contudo a falta de mecanismos eficazes de proteção e reparação mantém desigualdades históricas e reforça a urgência de políticas públicas que respeitem a autonomia desses povos hoje.

### Referências

COSTA, J. D. M.; QUINTANILHA, J. A. A importância das comunidades tradicionais na conservação dos ambientes florestais. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 17, n. 3, p. 2072–2092, 2024. DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008. MARINELLO, L. R. Tratado da OMPI sobre patentes, recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados. Migalhas, 2024. VILHENA, M. C. M. G. A proteção do conhecimento tradicional no Brasil e na Índia. Dissertação (Mestrado em Direito) — USP, 2019. LEITÃO, S.; SANTOS, A. K. Biopirataria: a internacionalização ilícita do conhecimento tradicional. *Revista de Informação Legislativa*, v. 41, n. 162, p. 199–217, 2004. SHANLEY, P.; LUZ, L.; ZAK, A. Uso e conservação de plantas medicinais na Amazônia. 2002. ALBAGLI, S. Amazônia: fronteira do conhecimento. 2001. SILVEIRA, I. C. M. Biopirataria, conhecimentos tradicionais e direitos dos povos indígenas na Amazônia. 2015. QUINTANILHA, A. Saberes indígenas, 2024. Atual.